

## REPENSANDO A ATRIBUIÇÃO DE PAPÉIS NA DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO A PARTIR DAS CONJUGALIDADES LGBT

**Marco Aurélio de Carvalho** – marco\_carvalho@outlook.com

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil;  
<http://orcid.org/0000-0003-3960-9836>

**Patrícia Porchat** – patricia.porchat@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil;  
<https://orcid.org/0000-0002-6192-0682>

**RESUMO:** A divisão do trabalho doméstico tem sido alvo de investigações com o intuito de verificar como acontecem as relações de gênero nas famílias. A bibliografia relativa ao tema se debruçou principalmente sobre uniões heterossexuais e demonstrou o quanto as relações assimétricas nesse modelo familiar ainda são atravessadas pelo gênero. Poucas pesquisas, no entanto, investigaram esse aspecto em uniões LGBT. Esse artigo tem o intuito de discutir os resultados de alguns trabalhos sobre uniões LGBT, de modo a trazer reflexões de como ocorre a divisão do trabalho doméstico nessas relações e quais os fatores que podem influenciar a atribuição de tarefas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; trabalho doméstico; papéis de gênero; LGBT

### 1 INTRODUÇÃO

Na família medieval a execução do trabalho doméstico não era vista como algo degradante e humilhante. Era um importante instrumento para a aprendizagem das crianças fora de suas famílias de origem. E era vista como uma forma de educação, através da qual o senhor transmitia à criança o seu conhecimento (ARIÉS, 1981). A oposição entre público e privado nascida na família moderna (ou burguesa) é o que teria consubstanciado a divisão sexual do trabalho, estabelecendo que os homens pertencem à esfera pública e as mulheres à esfera privada. Isso por sua vez resultou na ideia de homens provedores e mulheres cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico, modelos que seriam “destinos naturais” de cada um (SOUSA e GUEDES, 2016), se fazendo presente nas relações de gênero, estabelecendo hierarquias entre homens e mulheres.

As fronteiras entre o mundo privado/público começaram a afrouxar graças às transformações no cenário socioeconômico, às revoluções culturais e à força do movimento feminista no século XX. Com isso, novas configurações sociais foram surgindo, fragilizando ainda mais a dicotomia entre público e privado e colocando em xeque os modelos de homem provedor e mulher cuidadora (SOUSA e GUEDES, 2016). A mulher começou a adentrar cada vez mais a esfera pública, mas, por outro lado, isso não significou uma maior aproximação do homem à esfera

privada. A participação no trabalho doméstico ainda é observada como “ajuda” e ainda persiste a ideia de um “talento natural” da mulher na vida doméstica (JABLONSKI, 2010).

A atribuição de papéis na divisão do trabalho doméstico dentro das famílias, ao longo das décadas, tem sido objeto de estudo de pesquisas que buscam investigar as relações de gênero com foco na interação masculino/feminino em uniões heterossexuais. No caso de casais heterossexuais, as pesquisas atuais ainda apontam uma forte influência do gênero na divisão do trabalho doméstico, em que as mulheres, apesar da cada vez maior participação na vida pública, ainda realizam a maior parte do trabalho doméstico se comparamos com a participação dos homens com quem se relacionam.

Mas como pensar papéis no trabalho doméstico em casais LGBT? Em uma relação homoafetiva com dois homens ou duas mulheres, de travestis e mulheres trans com homens cisgênero, a atribuição de papéis é baseada no gênero ou em outros fatores?

No território brasileiro, são poucos os trabalhos sobre conjugalidades LGBT e o trabalho doméstico, havendo, portanto, uma hegemonia de investigações em modelos de família heterossexuais. Nesses poucos trabalhos sobre conjugalidades LGBT, os resultados acerca do trabalho doméstico se encontram relegados ao segundo plano. Na revisão sistemática de literatura realizada por Rodrigues e Boeckel (2016) sobre trabalhos que abordam homossexualidade e conjugalidade, apenas um traz em seus resultados informações sobre a atribuição de papéis no trabalho doméstico em casais não heterossexuais. O foco dos trabalhos pesquisados pelos autores se concentra na coesão conjugal e relação afetivo/sexual dos casais entrevistados.

Feitas essas considerações, entendemos que a investigação sobre o trabalho doméstico em conjugalidades LGBT é uma excelente oportunidade de compreender como os sujeitos constituem suas identidades mediante essas performances sociais, fornecendo não apenas mais informações sobre uniões não-heterossexuais, como também meios de se repensar as relações de gênero por um outro olhar.

Antes de iniciarmos nossa discussão, é preciso esclarecer o que é gênero, sexo e papel. Usaremos o conceito de gênero de Judith Butler como parâmetro, considerando gênero como um ato performativo que cria o masculino e feminino gerando um efeito ontológico, de algo que sempre esteve ali. Gênero é um ato que cria aquilo que ele nomeia. Por gêneros inteligíveis compreende-se aqueles que mantêm, de certa forma, uma relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual em uma matriz cultural de heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017). A heterossexualidade compulsória estabelece e justifica a divisão binária do gênero em masculino e feminino. O abjeto, o gênero não-inteligível, é aquele que rompe essa relação de coerência e continuidade.

Anteriormente nos estudos de gênero havia uma dicotomia entre sexo e gênero, na qual esse estaria remetido à cultura e o primeiro à biologia. Butler (2017) desfaz essa distinção e afirma que o sexo sempre foi gênero. Na medida que o corpo já é tomado em termos de masculino e feminino, não faria sentido dizer que ele está para o biológico assim como o gênero está para a cultura. O corpo é marcado pelo gênero e materializado pelo discurso. Não há, portanto, como acessar um corpo pré-discursivo. Sua materialidade só pode ser apreendida pelo discurso. Butler (2017) também afirma que colocar o corpo num domínio pré-discursivo seria uma das estratégias para se manter o gênero em sua estrutura binária e naturalizar essa divisão.

No momento que um feto tem revelado no ultrassom um pênis ou uma vagina e o médico diz “É um menino” ou “É uma menina” gera-se uma série de expectativas sobre aquele ser, sobre quais papéis assumirá. No caso de uma menina, por exemplo, a expectativa de um papel tradicional de mulher cuidadora e administradora do lar; no de um menino pode-se pensar numa expectativa de um papel tradicional de homem provedor.

Papel pode ser definido como normas, expectativas de comportamentos que definem como indivíduos se relacionam com outros em determinado contexto social, determinando assim as relações sociais. Uma característica dos papéis sociais é a noção de que um complementa o outro. Não pode haver o papel de pai e mãe se não houver alguém fazendo o papel de filho na relação com esses. Alguns papéis são tão rígidos que se cristalizam em leis e geram punições por parte de autoridades institucionalizadas a quem não as cumpre (LANE, 1998).

Considera-se que na análise dos papéis de gênero podem haver duas interpretações: a tradicional, em que papéis de gênero seriam os comportamentos esperados de um homem e de uma mulher. Nesse enfoque, o gênero é entendido na estrutura binária masculino/feminino. Ao focar nas categorias homem e mulher, o objetivo é investigar como o gênero dos indivíduos define a série de comportamentos que eles deveriam exercer para obter a aprovação do grupo. A pesquisa de cunho tradicionalista buscava delimitar três aspectos do papel de gênero através das respostas às seguintes perguntas: Como as pessoas acham que homens e mulheres devem se comportar? Como na realidade, se comportam homens e mulheres? (D'AMORIN, 1997).

O problema dessa abordagem é que, apesar de entender o papel como algo despreendido do biológico, ela essencializa o gênero na medida que estabelece como duas únicas alternativas as categorias homem e mulher, ou seja, dentro de um ponto de vista heterossexual. Como pensar em papéis de gênero em pessoas que estão fora dos gêneros inteligíveis?

A segunda interpretação em pesquisas sobre papéis de gênero tem como foco investigar os inúmeros papéis que podem ser exercidos por pessoas, independentemente de seu sexo, buscando verificar a forma como o gênero introduz diferenças no exercício desses. Certos papéis seriam mais

sensíveis à influência do gênero devido às expectativas da própria pessoa e do grupo com quem se relaciona, delimitando qual seria a forma “correta” de exercê-los em situações específicas de modo a possibilitar a compreensão das diferenças de acordo na expectativa social (D’AMORIN, 1997).

Para a discussão deste trabalho, consideramos o segundo enfoque mais útil para a análise dos papéis exercidos por casais LGBT na divisão do trabalho doméstico. Acreditamos ainda que a análise desses papéis seja útil para verificar a existência de uma “herança generizada” na forma como os cônjuges de relações não heterossexuais percebem e nomeiam os papéis que escolheram e/ou lhes foram atribuídos na divisão das tarefas domésticas com seus companheiros.

## 2 CASAIS LGBT E O TRABALHO DOMÉSTICO

Ao analisar trabalhos sobre as relações amorosas de travestis e transexuais com homens cisgêneros heterossexuais, observamos que há uma forte reprodução de papéis estereotipados baseados em um modelo heterossexual de conjugalidade.

Em um estudo de caso realizado por Agreli e Bruns (2015) sobre a vivência afetivo-sexual de um homem cisgênero que se relaciona com uma mulher transexual, observa-se pelos relatos do colaborador que essa exerce a maior parte dos trabalhos domésticos na casa e que a participação do parceiro nas tarefas é tida como uma “ajuda”. Mesmo o colaborador da pesquisa se confundindo, por vezes, e chamando sua parceira ora de “ela” e ora de “ele”, observa-se a vivência de uma relação nos padrões da família nuclear heterossexual, reproduzindo uma visão hierárquica das relações de gênero.

No estudo de Pelúcio (2006) sobre as conjugalidades de travestis que se prostituem, as entrevistadas parecem estar fortemente orientadas pela ideia de uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual que caracteriza os gêneros inteligíveis, conforme postula Butler (1990/2017).

As travestis não se consideram mulheres de fato. As travestis se consideram, segundo Pelúcio (2006, p. 526), uma “‘outra coisa’, uma ‘coisa’ difícil de explicar, porque, tendo nascidos ‘homens’, desejam se parecer com mulheres, sem de fato ser uma, isto é, ter um útero e reproduzir”. Segundo a autora, ao mesmo tempo que subvertiam a ideia de que o gênero decorre do sexo biológico, as travestis movidas pelo desejo de serem reconhecidas como femininas, reforçavam o binarismo ao reproduzir uma série de preceitos morais que acreditavam definir o que significa ser “homem” e ser “mulher”. As travestis exigiam de seus parceiros papéis rígidos atribuídos ao binarismo masculino/feminino, esperando que o marido se portasse como o provedor da casa e assumindo para si as responsabilidades domésticas. Em um casamento entre duas travestis, ocorre um fenômeno onde aquela tida como mais masculina passa a reproduzir papéis atribuídos ao que

se espera de um homem enquanto a considerada mais feminina assumia para si maior responsabilidade pelas tarefas domésticas no lar.

Os trabalhos de Agreli e Bruns (2015) e de Pelúcio (2006), sugerem que o desejo das travestis e transexuais em serem reconhecidas como femininas e o desejo de seus parceiros em serem reconhecidos como homens de “verdade”, resultam em um exercício mais rígido dos papéis socialmente considerados femininos e masculinos em um modelo heterossexual de relacionamento. Os pesquisados pareciam ter internalizado fortemente a ideia de complementariedade que fundamenta e é usada para justificar a divisão binária do gênero em masculino e feminino.

Chama a atenção que a maioria das travestis do estudo de Pelúcio (2006) não considera como um “homem de verdade” aquele, cliente ou parceiro, que fazia o “modo passivo”, ou seja, que gostava de ser penetrado por elas. Como se tal prática sexual tornasse esses homens de certa forma não-inteligíveis.

Segundo Welzer-Lang (2001), essa visão heterocentrada das relações estabelece categorias entre os homens, nas quais se distingue os dominantes/penetrantes e dominados/penetrado(a)s. Homens que não reproduzem essa sexualidade heterocentrada são acusados de não serem homens “normais”, de serem passivos e de serem associados às mulheres, e, portanto, tratados como elas (ou seu equivalente simbólico: os homossexuais). O autor denomina como “grandes homens” aqueles que detém em certa medida poder, econômico ou não, sobre as mulheres e outros homens. É nesse duplo poder, sobre mulheres e homens, que se estabelece as hierarquias masculinas. Em prisões, é comum ver os “grandes homens”, como o autor denomina os chefes do tráfico, subjugando homens mais novos, homens considerados homossexuais, homens que se recusam a lutar e homens que estupraram mulheres. Esses são violentados sexualmente, no caso, penetrados, e forçados a serem como empregadas para os “grandes homens”, assumindo as tarefas domésticas nas celas e os serviços sexuais.

A partir dessa visão heterocentrada, tende-se a compreender que aquele que faz a posição sexual de ativo, deve ser masculino, o dominador e, portanto, executar os papéis tidos como masculinos. No caso, estar mais ligado ao espaço público, sendo o provedor do lar e menos engajado nas tarefas domésticas. Já aquele que faz a posição sexual de passivo, o dominado, estaria ligado mais ao espaço privado e exerceria papéis tidos como femininos, como a administração e execução do trabalho doméstico.

Essa ideia de atividade/dominação/masculinidade, por um lado, e passividade/dominado(a)/feminilidade, por outro é fortemente enraizada no senso comum, em que muitas pessoas tendem a compreender a divisão de papéis em conjugalidades não

heterossexuais com base na posição sexual assumida por cada cônjuge na relação, tentando dessa forma, tornar os casais inteligíveis dentro do binarismo masculino/feminino.

Porém, em um dos casais pesquisados por Pelúcio (2006), uma travesti e seu marido não viam necessariamente um problema em ambos flexibilizarem as posições sexuais e isso não implicava na visão, por parte da travesti, de que o marido não era um “homem de verdade”. Ainda assim, persistia uma associação da feminilidade da travesti com a execução das tarefas domésticas, mesmo sendo ela a que mais contribua com a renda familiar em razão de seu trabalho como prostituta.

Segundo Lomando e Nardi, esse fenômeno observado nas relações de travestis e transexuais se deve ao chamado Efeito Halo, que “é uma probabilidade de que a avaliação de uma determinada questão interfira no julgamento sobre outros fatores, contaminando o resultado geral e, assim, podendo criar um erro de avaliação” (2013, p.501). De acordo com os autores, esse efeito foi mais estudado para demonstrar como a primeira avaliação feita de um sujeito (aparência física, por exemplo) pode influenciar, equivocadamente, outras avaliações sobre o mesmo. Porém, esse significado pode ser estendido para a suposta correlação ou efeito halo, entre as identidades de gêneros e performances eróticas.

Transexuais e travestis estão submetidas

[...] à norma que conforma suas existências, o que os/as torna alvos de disputas e de comprovações sociais constantes. Isso pode fazer com que o parceiro/a cisgênero funcione, através da fusão emocional do casal, como segurança e estrutura dessas identidades. (LOMANDO; NARDI, 2013, p. 501).

No caso, um cônjuge “homem de verdade” confirmaria a feminilidade nas travestis e transexuais. Isso faz, segundo Lomando e Nardi (2013), com que as relações das travestis e transexuais se tornem campos de batalha de afirmação identitária, onde elas prendem seus parceiros a normas rígidas de gênero.

As travestis e transexuais dos estudos mencionados acima tendem a reforçar os papéis atribuídos aos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. Ao exigir de seus parceiros papéis atribuídos ao modelo de masculinidade hegemônica, isso reforçaria a sua própria feminilidade. As posições sexuais ativo/passivo aparecem como sendo extremamente importantes para delimitar as fronteiras entre masculino e feminino, refletindo, conseqüentemente, em uma divisão desigual no trabalho doméstico entre elas e seus maridos. Porém, na expectativa de que os maridos sejam os provedores de casa, essa repetição é sujeita a algumas falhas, já que a maior parte das travestis ganha muito mais do que eles na prostituição.

Em periódicos nacionais, o único trabalho que encontramos sobre casais de pessoas do mesmo sexo foi a pesquisa realizada em Portugal por Nico e Rodrigues (2011). Embora as condições socioeconômicas de Portugal sejam diferentes das do território brasileiro, podendo afetar os resultados da pesquisa numa comparação ente os dois países, alguns desses resultados foram confirmados na entrevista piloto que realizamos para nossa pesquisa e em trabalhos nacionais que mencionam a atribuição de papéis no trabalho doméstico em casais homossexuais, embora esse não fosse esse exatamente o foco dos artigos em questão.

Assim como no Brasil, segundo Nico e Rodrigues (2016), em Portugal a heteronormatividade tem dominado as pesquisas sobre a divisão das tarefas domésticas e ainda são poucos os estudos nessa área. Segundo as autoras, essas poucas pesquisas sobre conjugalidades homossexuais na Europa têm demonstrado uma atenuação na socialização dos papéis de gênero nas relações entre casais homossexuais, se comparados a casais heterossexuais. Revelou-se que casais homossexuais tendem a empregar outras estratégias na divisão do trabalho doméstico, como: equivalência de papéis, apropriação por um dos membros, complementaridade de papéis e delegação. Os critérios que dão origem às estratégias são os de prazer ou desprazer pela tarefa, competência ou afinidade e o fato de um dos cônjuges ser o dono da casa. A estratégia mais comum na maioria dos casais é a de complementaridade dos papéis, na qual prevalece os critérios de prazer ou desprazer e de competência e afinidade em tarefas específicas. Se no critério de prazer/desprazer em realizar determinada tarefa, os dois cônjuges declararem ter desgosto em realizá-la, ambos a realizam, geralmente ao mesmo tempo resultando na estratégia de equivalência de papéis. Outra estratégia comum nesse caso, em especial entre os casais de homens, é a delegação ao outro. Quando apenas um cônjuge não gosta da tarefa, o outro a assume, sendo essa estratégia mais comum em casal de mulheres. Os critérios de competência e afinidade pela tarefa e um dos cônjuges ser o dono da casa são os mais raros, embora presentes, ambos resultando na estratégia de apropriação por um dos membros do casal. Embora os casais pesquisados demonstrem uma gama de estratégias na divisão do trabalho doméstico de forma não estereotipada em papéis de gênero, ainda é possível observar uma “herança generizada”. Verifica-se que casais de homens tendem a recorrer mais à ajuda externa, como de empregadas domésticas do que os casais de mulheres. Nos casais de homens, mesmo quando há ajuda de empregadas, a divisão do trabalho doméstico tende a ser mais desigual. Nos casais de mulheres, mais do que no de homens, há uma tendência a inflacionar a participação da cônjuge nas tarefas, isto é, relatam que a parceira participa mais das tarefas domésticas do que ocorre de fato. Se homens delegam mais tarefas com base no gosto pessoal, mulheres o fazem com mais frequência no critério de especialização em determinada tarefa.

Tombolato (2014), em sua pesquisa com casais homoparentais, sugere que há uma maior flexibilização desses papéis quando os casais se engajam na criação do filho. Os casais tenderiam a flexibilizar a divisão das tarefas de modo a satisfazer as necessidades dos filhos. Na pesquisa de Meletti e Scorsolini-Comin (2015), os resultados descritos pelos autores também sugerem uma divisão de tarefas domésticas não cristalizada e pautada no binarismo de gênero, em que gostos pessoais e aptidão prevalecem na atribuição de papéis na relação. Esses dois trabalhos se assemelham ao de Nico e Rodrigues (2016) quando trazem resultados que sugerem uma divisão não pautada no binarismo de gênero em si, mas diferem por não aprofundar a questão da divisão do trabalho e também por não investigar possíveis assimetrias na atribuição dos papéis, assim como conflitos que podem decorrer desses. Também desconsideram a influência de uma “herança generizada”, que pode diferenciar casais gays de casais lésbicos na questão das tarefas domésticas. Acreditamos que isso se deve ao fato de que o foco dessas pesquisas não foi o trabalho doméstico em si, mas as relações conjugais e parentais de uma forma mais ampla.

De todo modo, os trabalhos acima ajudam a demonstrar que a ideia de que um sexo exige um gênero que, por sua vez, exige o exercício rígido de papéis para se sustentar como tal, parece encontrar uma ruptura maior em relações homoafetivas, em especial em relação ao trabalho doméstico. Mas não há nessas pesquisas informações sobre como as práticas sexuais dos casais participantes poderia de alguma forma estar relacionada com uma possível visão estereotipada de atribuição de papéis, tal qual ocorre nas relações das travestis e transexuais.

Nesse aspecto, no que diz respeito a casais homoafetivos masculinos, convém mencionar que, em pesquisa realizada por nós (Carvalho, 2018)<sup>1</sup>, a posição sexual ativo/passivo não surgiu como um determinante para a divisão do trabalho doméstico em um casal de homens entrevistados separadamente. O membro do casal que sexualmente se relacionava somente como ativo, tomava maior iniciativa no trabalho doméstico, enquanto aquele que se relacionava somente como passivo, se mostrava menos engajado na execução das tarefas, demorando mais tempo que o marido para completá-las. O cônjuge “ativo” também passava mais tempo na cozinha, sendo o principal responsável pela alimentação do marido. Essa informação parece sugerir que a relação ativo/passivo pode não ser determinante para todos os casais homoafetivos masculinos enquanto norteadora da divisão de tarefas domésticas à maneira tradicional.

A pesquisa também traz resultados semelhantes aos apontados por Nico e Rodrigues (2016), de que outros fatores influenciam a divisão das tarefas em relações homossexuais, como no caso de entrevistados em que a estratégia de atribuição de tarefas foi a do gosto pessoal. Outro

---

<sup>1</sup> Pesquisa em andamento.



aspecto foi o de uma “herança generizada” na relação do casal. Um dos entrevistados menciona que ele e seu marido são muitos preguiçosos, pois foram criados em famílias em que a mãe fazia tudo na casa. Não gostam de fazer as tarefas domésticas, e se tivessem mais dinheiro pagariam uma empregada para realizá-las. Nota-se aqui, no uso da flexão de gênero para empregada, pelo participante da pesquisa, que há ainda uma forte ideia de que o trabalho doméstico é uma atribuição feminina. Isso sugere que esse casal homossexual, ainda que, de certa forma, rompa com a coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual que caracteriza os gêneros inteligíveis, mesmo assim possui alguns aspectos do binarismo de gênero internalizados na ideia que ambos têm do trabalho doméstico. A fala de um deles sobre o fato de terem crescido em famílias em que as mães “faziam tudo na casa”, aponta igualmente para a percepção de que o trabalho doméstico não seria uma atribuição masculina.

Os homens desses estudos, tais como os homens solteiros que moram sozinhos, parecem fazer o trabalho doméstico devido à necessidade e a ausência de uma presença feminina no lar. Não parecem entender o espaço doméstico como um espaço de homens e mulheres. Pinheiro et al (2012), ao pesquisar homens heterossexuais que faziam trabalho doméstico, mostra que alguns deles até poderiam ser denominados donos de casa, mas a sociedade não os legitima como o faz com as mulheres donas de casa. Embora esses homens reconheçam a importância do trabalho doméstico, ainda entendem esse como algo que diz respeito às mulheres. Homens desde cedo aprendem a rejeitar as lidas domésticas construindo, ao longo de suas vivências, narrativas e discursos que deixam marcas de gênero em suas casas.

Em casais homoafetivos é possível observar que a socialização nos papéis de gênero ainda deixa marcas na forma como os sujeitos executam as tarefas domésticas, ainda que, ao contrário das travestis e transexuais, não haja nas relações homoafetivas pesquisadas nesses trabalhos evidências de que os cônjuges busquem em seus relacionamentos uma forma de afirmação de suas identidades de gênero.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações das travestis sugerem que elas, ao internalizarem a coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, tendem a exigir e/ou aceitar de seus parceiros uma relação mais rígida pautada no binarismo masculino/feminino que se reflete em uma divisão no trabalho doméstico semelhante à de casais heterossexuais e cisgêneros, profundamente marcada por hierarquização com base no gênero. Mas se em relações heterossexuais de travestis e transexuais com homens cisgêneros, as expectativas em relação ao trabalho doméstico refletem uma forma de autoafirmação

identitária, em casais homoafetivos parece não haver essa mesma necessidade de se autoafirmar por meio das tarefas domésticas.

Butler (2017, p. 191) citando Freud entende que “é a exceção, o estranho, que nos dá a indicação de como se constitui o mundo corriqueiro e presumido dos significados sexuais”. Em seu conceito de gênero Butler realiza suas análises não a partir dos conceitos de masculino e feminino, mas sim do abjeto, dos gêneros não-inteligíveis (PORCHAT, 2014). Butler difere de outros teóricos ao compreender que a possibilidade de subversão do gênero se encontra nas falhas da repetição dos atos que fazem o gênero.

Desse modo, entendemos que os casais LGBT permitem discutir e questionar a forma como o trabalho doméstico e, conseqüentemente, os papéis de gênero são atribuídos na sociedade, rejeitando tais atribuições como resultado de um destino biológico assim como de uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual.

Assim, tomando como base o pensamento de Butler, casais LGBT nos revelam como a atribuição de papéis no trabalho doméstico acontece muitas vezes em meio a relações de poder estabelecidas a partir do gênero e ao mesmo tempo nos mostram como essa mesma atribuição poderia ser diferente.

Casais LGBT não estão livres das normas de gênero: a norma permeia suas existências. Mas isso não significa que ela os determina. Os casais também as subvertem enquanto casais e denunciam o seu caráter performativo, uma vez que executam papéis utilizando diferentes critérios objetivos e subjetivos. Reproduzem, confundem e colocam em xeque estereótipos e tentativas de serem analisados a partir do ponto de vista de modelos heterossexuais.

#### 4 REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 14a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo; AGRELI, Milene Soares. Um homem parceiro de uma mulher transexual: o sentido paradoxal atribuído à sua vivência. In: BRUNS, Maria Alves de Toledo; SANTOS, Claudiene; SOUZA- LEITE, Célia Regina Vieira de. **Violência, gênero e mídia**. Curitiba: CRV, 2015. p. 157- 179.

CARVALHO, Marco Aurélio de. **Uniões Homoafetivas: Papéis de Gênero e Trabalho Doméstico**. 2018. 38 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

D'AMORIM, Maria Alice. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 121-134, dez. 1997.

JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer. **O Que é psicologia social?**. 39a ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LOMANDO, Eduardo; NARDI, Henrique Caetano. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 493-503, Set. 2013.

MELETTI, Alexandre Trevisani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 37-49, abr. 2015.

NICO, Magda; RODRIGUES, Elisabete. Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 65, p. 95-118, jan. 2011.

PELUCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 522-534, Set. 2006.

PINHEIRO, Zuleika Câmara; LUDWIG, Márcia Pinheiro; FIUZA, Ana Louise de Carvalho; LOPES, Maria de Fátima. Ser Dono de Casa é uma Questão de Gênero?. **Sociais e Humanas**, v. 25, p. 07-47, 2012.

PORCHAT, Patrícia. **Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá, 2014.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Sílvia Maurer Tatiana; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14a ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 99-124.

RODRIGUES, Vicente; BOECKEL, Mariana. Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 25, p. 96-109, 2016.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Ago. 2016.

TOMBOLATO, Mário Augusto. **Desvelando a Família Monoparental: um estudo sobre os relatos de casais homossexuais com filhos**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001 .

***Title***

Rethinking the assignment of roles in the division of domestic work from LGBT conjugalities

***Abstract***

The division of housework has been the object of investigations in order to verify how the gender relations in families occur. The literature on the subject focused mainly on heterosexual unions and showed how the asymmetrical relations in this family model are still crossed by gender. Few research, however, have investigated this aspect in LGBT unions. This article aims to discuss the results of some work on LGBT unions, in order to reflect on the division of domestic work in these relations and on factors that may influence the assignment of tasks.

***Keywords***

Gender; Housework; gender roles; LGBT.

---

Recebido em: 01/11/2018.

Aceito em: 16/11/2018.